

Arquétipos na psicologia analítica: um modelo triádico e suas consequências clínicas

Archetypes in analytical psychology: a triadic model and its clinical consequences

Márcia Aparecida Rodrigues

Psicanalista clínica, Brasil.

PUBLICADO 20 DEZ 2024

Os registros de tramitação editorial dos volumes 1 a 3 estão incompletos em razão de mudança na direção da revista. As datas de recebimento, revisão e aceite deste artigo não puderam ser recuperadas e, por isso, não são informadas.

RESUMO

O conceito de arquétipo ocupa na psicologia analítica posição estruturante e, ao mesmo tempo, persistentemente ambígua: designa ora uma disposição herdada e irrepresentável, ora a imagem que dela emerge na experiência. Este artigo reconstitui a elaboração do conceito na obra de Jung, com ênfase na distinção entre arquétipo-como-tal e imagem arquetípica, e propõe um modelo triádico que discrimina três níveis de operação arquetípica: estrutural, regulatório e representacional. O percurso examina a posição junguiana sobre o inconsciente como matriz autônoma, por oposição à concepção do inconsciente como depósito de conteúdos descartados; confronta essa posição com formulações contemporâneas da neurociência do sonhar e com objeções emergentistas que derivam o arquétipo da experiência; e discute as ressonâncias do conceito em etologia, antropologia estrutural e linguística. Argumenta-se que a confusão recorrente entre os três níveis responde por boa parte das críticas dirigidas à noção de inatismo em Jung e que sua discriminação tem consequências diretas sobre a clínica, especialmente no uso de técnicas expressivas e na leitura do material simbólico segundo os eixos de causalidade, finalidade e sincronicidade.

Palavras-chave: arquétipo; psicologia analítica; imagem arquetípica; símbolo; prática clínica.

ABSTRACT

The concept of the archetype occupies a structuring yet persistently ambiguous position within analytical psychology: it designates at once an inherited, unrepresentable disposition and the image that emerges from it in experience. This article reconstitutes the elaboration of the concept in Jung's work, emphasising the distinction between the archetype-as-such and the archetypal image, and proposes a triadic model discriminating three levels of archetypal operation: structural, regulatory and representational. The discussion examines the Jungian position on the unconscious as an autonomous matrix, as opposed to the conception of the unconscious as a repository of discarded contents; it confronts this position with contemporary formulations from the neuroscience of dreaming and with emergentist objections deriving the archetype from experience; and it discusses resonances of the concept in ethology, structural anthropology and linguistics. It is argued that the recurrent conflation of the three levels accounts for much of the criticism directed at Jungian innatism, and that discriminating them bears directly on clinical practice, particularly in the use of expressive techniques and in reading symbolic material along the axes of causality, finality and synchronicity.

Keywords: archetype; analytical psychology; archetypal image; symbol; clinical practice.

1 Introdução

Entre os conceitos que Jung legou à psicologia, nenhum é mais central e nenhum foi tão sistematicamente mal compreendido quanto o de arquétipo. A comparação proposta por Stevens (2002) — o arquétipo é, para a psicologia analítica, o que a gravitação é para a física newtoniana ou a seleção natural para a biologia darwiniana — não é re-

tórica. Retire-se o arquétipo da psicologia analítica e o que resta não é uma versão mais sóbria da mesma teoria, mas outra teoria: sem disposições estruturantes herdadas, o inconsciente coletivo perde seu fundamento, a amplificação simbólica perde seu critério e o processo de individuação perde sua direção.

A dificuldade não decorre de obscuridade na exposição, mas da própria natureza do objeto. O conceito foi formulado ao longo de mais de quatro décadas, em contextos polêmicos sucessivos, e sofreu revisões substantivas que raramente são sinalizadas por quem o cita. O resultado é que formulações pertencentes a momentos distintos da obra circulam lado a lado como se fossem intercambiáveis, produzindo a impressão de uma teoria estática e internamente inconsistente. A objeção de que Jung teria sustentado a herança de imagens — tese lamarckiana insustentável à luz da genética — repousa, em boa medida, sobre leituras que ignoram a distinção que ele próprio estabeleceu entre o arquétipo e suas manifestações.

Este artigo propõe que a ambiguidade do conceito seja tratada não como defeito a corrigir, mas como índice de uma estratificação real que a linguagem disponível não discrimina. Onde se emprega um único termo, operam ao menos três níveis distintos: uma estrutura disposicional herdada, um conjunto de mecanismos que modulam sua expressão conforme as condições do ambiente e da história individual, e as formas manifestas que essa expressão assume na experiência consciente. A proposta aqui desenvolvida nomeia esses níveis como arquétipos estruturais, regulatórios e representacionais, e sustenta que sua discriminação dissolve controvérsias que de outro modo permanecem insolúveis.

O interesse dessa discriminação não é apenas taxonômico. A clínica de orientação analítica opera sobre material simbólico produzido por técnicas expressivas — imaginação ativa, trabalho com sonhos, desenho, pintura, dramatização — e a interpretação desse material depende de se saber, a cada passo, sobre qual nível se está trabalhando. Confundir a forma manifesta com a estrutura que a possibilita conduz tanto ao reducionismo que lê toda imagem como variante de um motivo universal quanto ao seu oposto, que dissolve o arquetípico na biografia.

2 Método

Trata-se de revisão narrativa de literatura, de natureza teórico-conceitual, voltada à reconstrução e ao refinamento de um conceito. O corpus primário é constituído pelos

textos em que Jung oferece formulação sistemática da noção de arquétipo, reunidos sobretudo nos volumes 8/2 e 9/1 das *Obras completas*, com apoio em *Símbolos da transformação*, em *Tipos psicológicos* e no material autobiográfico de *Memórias, sonhos, reflexões*.

O corpus secundário reúne três conjuntos: comentadores que se ocuparam especificamente da história interna do conceito e de sua depuração de pressupostos lamarckianos; autores pós-junguianos que reformularam o arquétipo em direção emergentista ou arquetipal; e trabalhos de disciplinas vizinhas — etologia clássica, teoria do apego, antropologia estrutural — cujas construções apresentam homologia estrutural com a noção junguiana e permitem avaliá-la por contraste.

O critério de inclusão foi duplo: tratamento direto do estatuto do arquétipo, e não menção incidental; e publicação em obra de referência, editora universitária ou periódico com revisão por pares. Excluíram-se textos de divulgação e comentários que reproduzem a formulação junguiana sem examiná-la. Para a literatura de disciplinas vizinhas, exigiu-se que a comparação com o conceito junguiano fosse sustentável em termos de função teórica, e não apenas de analogia verbal — critério que levou à exclusão deliberada de aproximações com achados de genética e epigenética cuja transposição para o registro psicológico permanece conjectural.

O procedimento compreendeu três etapas: reconstituição da formulação junguiana em seus próprios termos e em sua cronologia; identificação dos pontos em que o conceito opera sobre níveis distintos sem os distinguir; e proposição do modelo triádico como instrumento de desambiguação, seguida do exame de suas consequências clínicas.

3 Inconsciente, inatismo e a posição da psicologia analítica

3.1 O inconsciente como matriz

A posição de Jung quanto ao estatuto do inconsciente estava formulada desde cedo. Já em 1912 ele enunciava o horizonte de sua pesquisa como uma filogenia da mente, concebida à semelhança da filogenia do corpo: uma forma atual alcançada por transformações sucessivas, cujos órgãos rudimentares permaneceriam identificáveis em outras variantes mentais e em certas condições patológicas (Jung, 1986). O programa era, nesse momento, excepcional. O estruturalismo investigava a mente pela introspecção, o funcionalismo pela adaptação a estímulos, e o behaviorismo propunha substituir o estudo da mente pelo do comportamento observável. Nenhuma dessas orientações

se interessava por estabelecer correspondências entre funcionamento psíquico e história natural da espécie.

A diferença em relação a Freud é de princípio, e Jung a formulou com precisão em depoimentos tardios. Para a psicanálise, o inconsciente seria produto da consciência — uma espécie de depósito onde se acumula o que foi descartado do campo consciente. Para a psicologia analítica, o inconsciente é matriz: base da consciência, de natureza criativa, capaz de atos autônomos e de intrusões igualmente autônomas no campo consciente. A formulação tem consequência metodológica imediata. Se o inconsciente é depósito, a análise se orienta pela recuperação do que nele foi depositado; se é matriz, a análise se orienta pela escuta do que dele emerge, e a produção simbólica deixa de ser disfarce a decifrar para tornar-se expressão de um processo em curso.

A diferença determina, assim, o que conta como interpretação bem-sucedida. A leitura redutiva, que remete a imagem à história pessoal, continua pertinente, mas deixa de ser suficiente: o símbolo reclama também leitura prospectiva, orientada para a função que exerce na economia psíquica do sujeito no momento em que aparece.

3.2 Convergências contemporâneas e seus limites

Parte da literatura recente aproxima a concepção junguiana de formulações produzidas na neurociência do sonhar. A hipótese da protoconsciência (Hobson, 2009) sustenta que o cérebro em sono REM gera um modelo virtual de realidade, anterior e preparatório à experiência de vigília, dotando de substrato fisiológico a tese de estruturas a priori de organização da experiência. A homologia com a posição junguiana é real: em ambos os casos, o psiquismo não é concebido como superfície receptiva, mas como sistema que antecipa e organiza o que vai encontrar. Ambas as construções, de resto, declaram filiação kantiana (Kant, 2001).

Convém, no entanto, delimitar o alcance da aproximação. A protoconsciência descreve um modo de funcionamento, não um repertório de conteúdos: nada nela corresponde à tese de motivos recorrentes e transculturalmente reconhecíveis. Tampouco a neuropsicanálise, que constitui a via mais desenvolvida de diálogo entre psicanálise e neurociência (Solms, 2021), oferece apoio à concepção junguiana, uma vez que opera com o modelo freudiano do inconsciente e tende a derivar o inconsciente do funcionamento consciente, em sentido inverso ao que a psicologia analítica postula. Registrar a convergência quanto à existência de estruturas organizadoras prévias, sem estendê-la

ao conteúdo dessas estruturas, é a condição para que o diálogo seja conceitualmente honesto.

4 Arquétipo-como-tal e imagem arquetípica

4.1 A depuração do conceito

Jung refinou a noção de arquétipo ao longo de toda a obra. Inicialmente descritos como vestígios de modos anteriores de funcionamento, os arquétipos passaram, com o acúmulo de experiência clínica, a ser concebidos como formas do instinto. A reformulação decisiva, porém, veio com a distinção entre o arquétipo-como-tal e as imagens, ideias e comportamentos a que ele dá origem. Papadopoulos (2006) situa essa distinção como o momento em que o conceito se liberta definitivamente da contaminação lamarckiana: o que se herda é a predisposição a ter determinada experiência, não a experiência nem sua imagem.

O arquétipo-como-tal é, nos termos de Jung, irrepresentável. Caracteriza-se por certos elementos formais e por significados fundamentais apreensíveis apenas por aproximação, e pertence ao que ele denomina registro psicoide — um domínio quase psíquico, situado na extremidade invisível do espectro. A consequência é estrita: toda vez que um arquétipo se apresenta à mente, ele já está consciente e, portanto, já difere em medida indeterminável daquilo que causou a representação. O arquétipo não é, nesse sentido, objeto possível de observação; é construto inferido a partir de regularidades nas formas que dele derivam.

A imagem arquetípica, por sua vez, não se reduz a conteúdo figurativo. Jung é explícito ao condicionar o reconhecimento do arquetípico à simultaneidade de dois aspectos: há apenas imagem de pouca consequência quando há somente imagem; ao ser carregada de afeto, a imagem adquire numinosidade, torna-se dinâmica e produz efeitos. O critério do arquetípico é, portanto, energético antes de ser iconográfico — observação de considerável importância clínica, à qual se retornará adiante.

4.2 Arquétipo e instinto

A relação entre arquétipo e instinto é o ponto em que a formulação junguiana mais se aproxima da biologia e, simultaneamente, mais resiste à redução a ela. Jung sustenta que os arquétipos, ao intervirem na formação de conteúdos conscientes regulando-os, modificando-os e motivando-os, agem como instintos; e que não são apenas relíquias de modos anteriores de funcionamento, mas reguladores biologicamente necessários da esfera instintiva, cujo alcance cobre toda a psique e só perde seu caráter

imperativo quando limitado pela liberdade relativa da vontade. A fórmula sintética é conhecida: a imagem representa o significado do instinto.

Jung distinguiu cinco grupos instintivos — criatividade, reflexão, atividade, sexualidade e fome. A função do arquétipo não é constituir esses instintos, mas conectá-los ao mundo. Os instintos nunca são amorfos: ativam-se sempre em relação a objetos determinados, em contextos determinados. O ser humano não nasce apto a funcionar em qualquer mundo concebível, mas equipado com estruturas que o preparam para as situações regulares que previsivelmente encontrará neste mundo. Daí as expressões empregadas por Jung para marcar a posição intermediária do conceito: imagem instintual, princípio formativo do poder instintual, tipo instintivo a priori.

A homologia com a etologia clássica é direta e foi explorada por Stevens (2002): concebidos como centros neuropsíquicos que coordenam repertórios comportamentais e psíquicos da espécie em resposta às circunstâncias encontradas, os arquétipos tornam-se comparáveis aos mecanismos inatos de liberação descritos por Lorenz (1981) e aos sistemas comportamentais corrigidos por objetivo propostos por Bowlby (2002). Em todos os casos, trata-se de disposições que não determinam o comportamento, mas estabelecem o repertório de respostas disponíveis e as condições de sua ativação.

5 Modelo triádico do arquétipo

Jung descreveu os arquétipos como antigos leitos de rio: canais escavados pela água da vida ao longo de séculos, que secam quando a água os abandona e que podem ser reencontrados a qualquer momento, tanto mais provavelmente quanto mais tempo a água tenha corrido por eles. A metáfora é precisa e, lida com atenção, já contém a estratificação que aqui se propõe explicitar. Nela comparecem o leito, a água e aquilo que determina se e quando a água volta a correr — três termos que o conceito único de arquétipo recobre indistintamente.

5.1 Arquétipos estruturais

Os arquétipos estruturais correspondem ao leito. São disposições profundamente incorporadas à constituição psi-

cobiológica da espécie, que operam como plantas fundamentais orientando experiência e comportamento. Constituem o nível mais conservado e menos plástico: definem o repertório de formas possíveis, não as formas efetivas. Corresponde a este nível, com precisão, o que Jung designa como arquétipo-como-tal — irrepresentável por definição, acessível apenas por inferência a partir de suas manifestações.

5.2 Arquétipos regulatórios

Os arquétipos regulatórios correspondem às comportas e barragens dispostas ao longo do curso. Não alteram o leito, mas governam o fluxo: determinam quando, em que intensidade e sob que condições as disposições estruturais se expressam. Operam como interface dinâmica entre estrutura herdada e circunstância, assegurando resposta flexível a situações variáveis e impedindo que a ativação arquétípica inunde indiscriminadamente o campo consciente.

É neste nível que se concentram as determinações históricas, culturais e biográficas. A objeção emergentista de Knox (2003), segundo a qual a experiência é necessária para o surgimento do arquétipo — com a teoria do apego oferecida como caso exemplar —, incide sobre o nível regulatório e sobre o representacional, não sobre o estrutural. Reconhecer isso permite acolher a contribuição emergentista sem abandonar a tese de disposições prévias: a experiência não cria o leito, mas decide se a água corre e com que vazão.

5.3 Arquétipos representacionais

Os arquétipos representacionais correspondem ao fluxo efetivo da água. São o conteúdo manifesto, as formas determinadas que a experiência assume quando a disposição é ativada: imagens oníricas, figuras míticas, motivos recorrentes, modos típicos de agir em situações de alta densidade afetiva. É o único dos três níveis diretamente observável, e é também aquele em que a variação cultural e individual é máxima. Casas edificadas sobre a mesma estrutura portante diferem inteiramente em estilo, e é no estilo — não na estrutura — que a clínica encontra seu material.

NÍVEL	NATUREZA	NA METÁFORA DO RIO	ACESSO CLÍNICO
Estrutural	Disposição herdada, irrepresentável; o arquétipo-como-tal	O leito escavado	Indireto: inferido da recorrência transindividual de motivos
Regulatório	Mecanismos que modulam ativação e intensidade	Comportas e barragens	Indireto: inferido das condições de ativação e da carga afetiva
Representacional	Forma manifesta: imagem, motivo, conduta típica	A água que corre	Direto: material simbólico produzido na análise

Tabela 1 — Níveis de operação arquetípica no modelo triádico proposto, com o análogo correspondente na metáfora junguiana do leito de rio e o modo de acesso disponível à investigação clínica. A coluna de acesso registra o que é observável, não o que é teoricamente decisivo.

6 Ressonâncias disciplinares e objeções

A noção de estruturas organizadoras prévias à experiência não é privativa da psicologia analítica, e o exame das formulações paralelas ajuda a situar o que há de específico na proposta junguiana. Lévi-Strauss (1989) postulou infraestruturas inconscientes que moldam normas e instituições, operando abaixo do nível em que os próprios agentes sociais as reconhecem. Chomsky (1965) propôs estruturas profundas como formas fundamentais subjacentes à variação das línguas naturais. Tinbergen (1963), ao distinguir causas próximas — mecanismos fisiológicos e aprendizagem — de causas últimas — história evolutiva e valor adaptativo —, forneceu o enquadramento metodológico que permite tratar disposições comportamentais sem reduzi-las a uma só ordem de explicação. Samuels (1989) sintetiza esse campo de homologias em três proposições: estruturas arquetípicas cristalizam experiências ao longo do tempo evolutivo, constelam a experiência por esquemas inatos que marcam previamente tudo o que vem depois, e engajam o organismo numa busca de correspondência com o ambiente.

Em todos esses casos reaparece a mesma estrutura epistemológica: postula-se um nível organizador inacessível à observação direta, inferido a partir da regularidade de suas manifestações. A filiação filosófica é comum e remonta à tese kantiana da inacessibilidade da coisa em si (Kant, 2001), que Jung invoca explicitamente ao caracterizar o arquétipo-como-tal. A convergência não constitui prova — é possível que disciplinas distintas compartilhem um mesmo viés explicativo —, mas estabelece que a objeção de inverificabilidade, quando dirigida apenas à psicologia analítica, é seletiva.

Permanecem em aberto objeções de outra ordem. A primeira é a já mencionada crítica emergentista, que o modelo triádico acomoda ao preço de restringir o inatismo ao nível estrutural. A segunda, de natureza metodológica, incide sobre o procedimento de amplificação: estabelecer

que um motivo onírico recorre na mitologia de culturas distantes não demonstra origem arquetípica, pois difusão histórica e constrangimentos comuns da experiência humana explicam parte considerável das recorrências. A exigência de parcimônia é legítima e raramente foi atendida com o rigor devido na literatura junguiana. A terceira objeção é a de que a hipóstase do arquétipo — tratá-lo como entidade dotada de agência própria — converte instrumento heurístico em personagem teórico, risco contra o qual a tradição arquetipal de Hillman (1995) oferece, paradoxalmente, tanto exemplo quanto antídoto: ao reivindicar a imagem como irredutível e recusar sua tradução em conceito, desloca o problema para o plano da linguagem, sem resolvê-lo.

7 Consequências para a prática clínica

A discriminação dos três níveis tem efeito direto sobre o manejo do material simbólico. A análise de orientação junguiana recorre a técnicas expressivas — imaginação ativa, relaxamento, trabalho com sonhos, desenho, pintura, modelagem, dramatização — para produzir material que o relato verbal não alcança. Esse material pertence inteiramente ao nível representacional: é a água, não o leito. Tratá-lo como manifestação transparente de uma estrutura universal conduz ao erro mais frequente da clínica junguiana malconduzida, que consiste em substituir a escuta da imagem singular pelo reconhecimento de um motivo catalogado.

O critério energético estabelecido por Jung oferece o instrumento de triagem adequado. Nem toda imagem é arquetípica; é arquetípica a imagem que comparece carregada de afeto, dotada de numinosidade, e que produz consequências na economia psíquica do sujeito. Esse critério é observável em análise: manifesta-se na alteração do tônus afetivo, na insistência com que a imagem retorna, na resistência que oferece à paráfrase. Operacionalmente, portanto, o analista não identifica arquétipos — identifica in-

tensidades, e é a partir delas que infere a ativação de um nível estrutural.

Segue-se que o trabalho analítico incide, sobretudo, no nível regulatório. Não se modificam disposições estruturais; modificam-se as condições sob as quais se ativam e o modo como o sujeito se relaciona com sua ativação. Reconhecer-se em cena, para retomar a imagem do teatro interno, não suprime o roteiro — permite que o sujeito deixe de ser apenas executado por ele.

Esse reconhecimento requer que o material seja lido segundo os três eixos que organizam a interpretação na psicologia analítica: a causalidade, que remete a imagem à história do sujeito; a finalidade, que interroga a função prospectiva que ela exerce no momento em que aparece; e a sincronicidade, que considera as coincidências significativas entre produção simbólica e acontecimento. A articulação dos três eixos, e não o predomínio de qualquer um deles, é o que distingue a análise do processamento simbólico de uma hermenêutica aplicada (Serbena, 2010). A dimensão epistemológica dessa operação foi examinada por Wahba (2019), que mostra como o método na psicologia analítica envolve a criação de sensibilidades — a constituição, no próprio analista, da disposição perceptiva que torna o material legível.

Cabe uma última observação sobre o alcance clínico do modelo. A tipologia das figuras arquetípicas — sombra, anima e animus, persona, si-mesmo — consolidada em *Os arquétipos e o inconsciente coletivo* (Jung, 2000b) e difundida em *O homem e seus símbolos* (Jung, 2008), opera no nível representacional, ainda que a linguagem corrente a trate como inventário de estruturas. O trabalho de von Franz (1990) sobre contos de fada ilustra o procedimento correto: as figuras são tratadas como configurações recorrentes a serem examinadas em sua variação, não como entidades a serem reconhecidas. A diferença entre as duas atitudes decide a qualidade de uma análise.

Considerações finais

O percurso realizado sustenta três conclusões de alcance distinto. A primeira é que a ambiguidade do conceito de arquétipo não é defeito de exposição, mas efeito de uma estratificação real recoberta por um termo único. Distinguir níveis estrutural, regulatório e representacional não acrescenta entidades à teoria: explicita articulações que a formulação junguiana já contém, de modo disperso, na distinção entre arquétipo-como-tal e imagem arquetípica e na metáfora do leito de rio.

A segunda é que boa parte das objeções dirigidas ao inatismo junguiano resulta de atribuir ao nível estrutural o que pertence aos demais. A crítica emergentista é procedente quanto à formação das imagens e quanto às condições de sua ativação, e improcedente quanto à existência de disposições prévias — que, de resto, nenhuma psicologia do desenvolvimento contemporânea dispensa inteiramente. Delimitado o inatismo ao nível estrutural, a tese torna-se mais modesta e consideravelmente mais defensável.

A terceira é que a utilidade clínica do conceito não depende da resolução das controvérsias sobre seu estatuto ontológico. O analista não precisa decidir se o arquétipo-como-tal existe como entidade psicoide para reconhecer que determinadas imagens comparecem com carga afetiva desproporcional à sua biografia aparente e que esse reconhecimento orienta o trabalho. A autonomia relativa entre valor clínico e estatuto epistemológico não é privilégio da psicologia analítica, mas convém enunciá-la para que a defesa da clínica não dependa de vitórias teóricas das quais ela não necessita.

Resta, como agenda, o exame sistemático do nível regulatório, o menos elaborado dos três na literatura disponível. É nele que se decide a passagem da disposição à forma, e é nele que a psicologia analítica pode encontrar interlocução produtiva com a pesquisa sobre desenvolvimento e sobre a constituição da experiência — desde que a interlocução se faça por homologia de função, e não por empréstimo de vocabulário.

Declarações

Conflito de interesses. A autora declara não haver conflito de interesses.

Financiamento. A pesquisa não recebeu financiamento específico de agências públicas, comerciais ou sem fins lucrativos.

Uso de inteligência artificial. Não foi utilizada inteligência artificial generativa na concepção, na redação ou na análise do conteúdo deste artigo.

Disponibilidade de dados. Não se aplica: trata-se de revisão de literatura, sem produção de dados primários.

Nota editorial. Este artigo integra o acervo reorganizado dos volumes 1 a 3 da *Interapia*. O texto foi editorialmente adequado às normas vigentes da revista quanto a estrutura, registro e normalização de referências, sem alteração de tese, argumento ou atribuição de autoria.

Referências

- BOWLBY, J. *Apego: a natureza do vínculo*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- CHOMSKY, N. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge: MIT Press, 1965.
- HILLMAN, J. *Re-vendo a psicologia*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- HOBSON, J. A. REM sleep and dreaming: towards a theory of proto-consciousness. *Nature Reviews Neuroscience*, v. 10, n. 11, p. 803-813, 2009.
- JUNG, C. G. *Memórias, sonhos, reflexões*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- JUNG, C. G. *Símbolos da transformação*. Obras completas, v. 5. Petrópolis: Vozes, 1986.
- JUNG, C. G. *Tipos psicológicos*. Obras completas, v. 6. Petrópolis: Vozes, 1991.
- JUNG, C. G. *A natureza da psique*. Obras completas, v. 8/2. Petrópolis: Vozes, 2000a.
- JUNG, C. G. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Obras completas, v. 9/1. Petrópolis: Vozes, 2000b.
- JUNG, C. G. (org.). *O homem e seus símbolos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- KANT, I. *Crítica da razão pura*. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- KNOX, J. *Archetype, attachment, analysis: Jungian psychology and the emergent mind*. Hove: Brunner-Routledge, 2003.
- LÉVI-STRAUSS, C. *O pensamento selvagem*. Campinas: Papirus, 1989.
- LORENZ, K. *The foundations of ethology*. New York: Springer, 1981.
- PAPADOPOULOS, R. K. (ed.). *The handbook of Jungian psychology: theory, practice and applications*. London: Routledge, 2006.
- SAMUELS, A. *Jung e os pós-junguianos*. Rio de Janeiro: Imago, 1989.
- SERBENA, C. A. Considerações sobre o inconsciente: mito, símbolo e arquétipo na psicologia analítica. *Revista da Abordagem Gestáltica*, v. 16, n. 1, p. 76-82, 2010.
- SOLMS, M. *The hidden spring: a journey to the source of consciousness*. London: Profile Books, 2021.
- STEVENS, A. *Archetype revisited: an updated natural history of the self*. London: Brunner-Routledge, 2002.
- TINBERGEN, N. On aims and methods of ethology. *Zeitschrift für Tierpsychologie*, v. 20, n. 4, p. 410-433, 1963.
- VON FRANZ, M.-L. *A interpretação dos contos de fada*. São Paulo: Paulus, 1990.
- WAHBA, L. L. A criação de sensibilidades: epistemologia e método na psicologia analítica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 35, e3548, 2019.

COMO CITAR

RODRIGUES, M. A. Arquétipos na psicologia analítica: um modelo triádico e suas consequências clínicas. *Interapia — Revista de Clínica, Cultura e Ciências Mentais*, v. 2, n. 1, p. 55-62, 2024.

LICENÇA

Publicado em acesso aberto sob licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. O autor mantém os direitos sobre a obra e concede à revista o direito de primeira publicação.